

**MENSAGEM DE SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE DA
REPÚBLICA POR OCASIÃO DA SESSÃO PÚBLICA SOBRE
“POLÍTICAS DE RECONSTRUÇÃO SÍSMICA NOS AÇORES –
LIÇÕES PARA O CONTINENTE”**

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003

O Presidente da República

Analisar, discutir e divulgar a experiência açoreana no que respeita à percepção do risco sísmico, bem como à capacidade organizativa e económica de reconstrução e preparação para o futuro, é da maior importância para os dias que correm.

Bem sabemos como Portugal tem um passado histórico de sismicidade declarada – as consequências do sismo de 1755 fazem parte indelével da memória colectiva do país – que indica que a ocorrência eventual de novos sismos não deve nem pode ser ignorada.

Por este motivo, é preciso não poupar esforços no sentido de identificar os modos e procedimentos que permitam mitigar com eficácia o risco sísmico em Portugal.

Quero, pois, felicitar, em primeiro lugar, a sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica por realizar esta iniciativa. Sem dúvida, a SPES tem-se constituído como um veículo básico de corporização dos conceitos e das perspectivas científicas e tecnológicas na área do conhecimento que

M

procura um melhor entendimento das causas e das consequências dos sismos para melhor se poder agir.

Quero, também, saudar, na digna representação da Câmara Municipal da Horta e em particular no seu Presidente, o esforço, a inteligência e a abnegação do povo açoreano nesta matéria, bem patente na preocupação expressa das autoridades em conceber medidas efectivas de mitigação do risco sísmico.

Porque as consequências são devastadoras, o equacionamento do problema deve lançar mão de competências alargadas, em todas as áreas do conhecimento. É preciso aproveitar as capacidades actuais da engenharia para reforçar ou substituir as construções mais fracas – o sismo não pode ser evitado, a tragédia sim.

São, pois, de louvar os passos encetados no caminho da definição de um programa de redução da vulnerabilidade sísmica. As questões postas não são somente do âmbito técnico-científico e da protecção civil. A sua

resolução envolve a participação do Estado e da sociedade civil em geral, na discussão das sugestões propostas e apreciando a viabilidade da sua execução, no quadro dos recursos existentes.

Gostaria de realçar um dos mais importantes efeitos da implementação de um programa deste âmbito: o de estimular os cidadãos e as autoridades, os consumidores e as empresas, a exercer uma *cultura de exigência* na aquisição e manutenção de bens imobiliários. Aqui, a experiência dos Açores é certamente valiosa, pois emerge no contexto de um grande consenso entre as forças e agentes que aí actuam.

Espero, confiadamente, nos resultados do vosso debate. Eles espelham a crescente maturidade e a procura de cada vez maior qualidade de vida por parte dos Portugueses.

Com as melhores saudações

Jorge Aampa
25.02.03